



Crise climática é de saúde pública

» RAFAELA BOMFIM*
» CAETANO YAMAMOTO*

Instituições filantrópicas globais anunciaram, ontem, a doação de US\$ 300 milhões para acelerar soluções em saúde e clima, em parceria com governos e organismos multilaterais. O ato, coordenado pela Coalizão para o Clima e o Bem-Estar da Saúde, fez parte do lançamento do Plano de Ação em Saúde de Belém, apresentado no Dia da Saúde da COP30.

Reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o plano é o primeiro documento internacional voltado exclusivamente à adaptação dos sistemas de saúde aos efeitos do clima.

O anúncio da doação foi feito por Alan Dangour, diretor de Clima e Saúde da Welcome Trust, instituição beneficente inglesa, que integra a coalizão. “Estou muito feliz que hoje pudemos anunciar, comprometendo US\$ 300 milhões para ações integradas para combater as causas das mudanças climáticas e suas consequências para a saúde. Essa iniciativa é chamada de Coalizão para o Clima e o Bem-Estar da Saúde. Ela inclui 35 milhões de pessoas no mundo”, afirmou o filantropo.

Os recursos serão aplicados em políticas, pesquisas e inovações voltadas a calor extremo, poluição do ar e doenças infecciosas sensíveis ao clima.

Na cerimônia, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, afirmou que que “a crise climática já é, antes de tudo, uma crise de saúde pública”. Segundo o ministro, a participação brasileira nesse esforço global reforça o papel do país como

Divulgação/ Ministério da Saúde



A Coalizão para o Clima e o Bem-Estar da Saúde doou US\$ 300 milhões para o Plano de Ação em Saúde de Belém

articulador da agenda de saúde e clima. “Queremos que cada nação possa adequar seu sistema de saúde à nova realidade climática. A cooperação internacional e o investimento conjunto são essenciais para proteger vidas e evitar custos ainda maiores no futuro”, concluiu.

Padilha explicou que a elaboração do plano começou em maio de 2025, na Assembleia Geral da OMS,

quando o Brasil, em parceria com o grupo de Baku, propôs a criação do Dia da Saúde na conferência e o desenvolvimento de um plano global. Ele destacou os custos crescentes das emergências ambientais. “Somente em 2024, os desastres climáticos extremos causaram perdas de US\$ 19,2 bilhões na América Latina, sendo que o Brasil arcou com dois terços desse valor. Esses recursos

poderiam estar sendo aplicados na prevenção e no fortalecimento dos sistemas de saúde”, afirmou. Segundo o ministro, a nova estratégia busca reduzir esses prejuízos por meio de planejamento, integração e resposta antecipada.

Padilha também apresentou dados que revelam a dimensão do problema. “Mais de 150 mil mortes em 2024 estiveram ligadas a doenças

respiratórias provocadas por queimadas, e outras 546 mil foram associadas ao calor extremo”, informou. Ele destacou ainda que o aumento de doenças infecciosas segue o mesmo padrão. “Hoje há registros de dengue em regiões onde o mosquito transmissor não existia, justamente porque a temperatura média deixou de cair o suficiente para interromper sua reprodução”, observou.



Queremos que cada nação possa adequar seu sistema de saúde à nova realidade climática. A cooperação internacional e o investimento conjunto são essenciais para proteger vidas e evitar custos ainda maiores no futuro”

Alexandre Padilha,
ministro da Saúde

O ministro citou o caso da cidade de Rio Bonito do Iguaçu, no Paraná, atingida por um ciclone que destruiu cinco das seis unidades de atenção primária.

O Plano de Belém reúne compromissos de países e instituições a partir de três eixos: vigilância integrada, infraestrutura resiliente e cooperação internacional. O objetivo é fortalecer a capacidade dos sistemas de saúde de se anteciparem às crises ambientais e protegerem populações em risco. “É um esforço conjunto para preparar os serviços de saúde frente às emergências climáticas”, explicou Padilha.

Marcha do Porongaço

Mais de mil lideranças extrativistas, representando todos os biomas do Brasil, marcharam, ontem, em evento paralelo à COP30, em defesa da floresta viva, dos direitos territoriais e da responsabilidade climática global. O “Porongaço dos Povos da Floresta” percorreu diversas ruas da capital paraense na noite de ontem. Ao final da marcha, a ministra Marina Silva, que já foi seringueira, recebeu a Carta Política das Populações Extrativistas, documento que reúne propostas e reivindicações dirigidas às autoridades nacionais e internacionais. O evento celebra também os 40 anos do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). Porongas são luminárias usadas pelos seringueiros para iluminar a floresta à noite.

Bruno Peres/Agência Brasil



UE doa R\$124 milhões para a Amazônia

» EDLA LULA

A União Europeia concretizou, ontem, a doação de 20 milhões de euros (cerca de R\$ 124 milhões) ao Fundo Amazônia. A doação foi oficializada durante uma cerimônia na Blue Zone da COP30, em Belém, que contou com a presença da ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, e da chefe da Delegação da UE no Brasil, Marian Schuegraf.

Também participaram o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), gestor do fundo, Aloizio Mercadante, e representantes do KfW, banco que operacionalizou a doação. Os desembolsos serão realizados ao longo dos próximos quatro anos.

Na solenidade, a ministra Marina Silva afirmou que a doação é fruto de uma parceria entre nações que entendem que o enfrentamento das questões climáticas e a proteção da biodiversidade não são algo isolado de um país. “Os recursos destinados ao fundo por países parceiros são viabilizados pelos bons resultados no combate ao desmatamento na Amazônia alcançados pelo governo do presidente Lula: nos últimos três anos, foram 50% de redução”, afirmou a ministra. “As doações, por sua vez, ampliarão as

ações de preservação do bioma, reforçando um ciclo virtuoso que beneficia povos indígenas e comunidades tradicionais que mantêm a floresta em pé, impulsionam a pesquisa científica, estimulam a bioeconomia e garantem segurança alimentar”, completou.

Marian Schuegraf, por sua vez, reafirmou o compromisso da União Europeia com o combate às mudanças climáticas. “Esta parceria demonstra um compromisso inabalável com o combate às mudanças climáticas por meio das ações que beneficiam tanto a natureza quanto a humanidade”, afirmou a diplomata. A doação, segundo ela, reforça a colaboração entre o bloco e o Brasil pela socio-bioeconomia.

Schuegraf também comentou a redução acumulada de 50% no desmatamento da Amazônia ocorrida nos últimos anos, em comparação com 2022, lembrando que a medida evitou a emissão de mais de 700 milhões de toneladas de CO2. “A União Europeia está empenhada em eliminar os incentivos de mercado ao desmatamento. Nossa lei antidessmatamento reflete esse compromisso. Essa lei é fundamental para uma proteção mais ampla das florestas”, completou.

A doação havia sido anunciada pela presidente da Comissão

Rúbio Marra / BNDES



O Fundo Amazônia busca o alcance das metas climáticas brasileiras

Europeia, Ursula von der Leyen, durante sua visita ao Brasil em 2023.

O Fundo

Criado em 2008, o Fundo Amazônia é o principal instrumento mundial de financiamento para ações de Redução

de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Redd+). A partir da retomada das doações, em 2023 – após quatro anos paralisado – o Fundo Amazônia chegou a R\$ 1,6 bilhão adicionais contratos, e o número de doadores passou de três para 10. (Com informações do BNDES)

Países falham na redução de carbono, diz relatório

» CAETANO YAMAMOTO*

Seria necessário mais de 1,01 bilhão de hectares para remoção de carbono baseada na terra — área que supera o tamanho da China —, para bater as metas climáticas da NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada), muito além do que é viável ou sustentável, é o que divulga o relatório The Land Gap Report 2025, da Universidade de Melbourne, publicado ontem. O estudo revela que os países estão falhando em reduzir as emissões de carbono pois, ao invés de focar em deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal, eles estão promovendo esquemas irrealistas como o plantio de árvores em larga escala.

De acordo com o documento, a dependência de remoções de carbono baseadas em terra tem aumentado, subindo de 990 milhões de hectares no final de 2023 para os atuais 1,01 bilhão de hectares em novembro de 2025. Aproximadamente metade da área (441 milhões de hectares) seria para conversão de terras para atividades como reflorestamento, plantações e culturas energéticas para Captura e Armazenamento de Carbono por Bioenergia (BECCS). Esta conversão de terras nessa escala arrisca deslocar a produção de alimentos, ameaçar a biodiversidade e perturbar os meios de subsistência.

A pesquisa aponta que os principais países que mais dependem da remoção de dióxido de carbono baseada na terra (CDR) são Rússia, Arábia Saudita, Estados Unidos e Canadá — representam 70% da área total global exigida. A dependência contínua desses países em níveis irrealistas é um fator que mina a estabilidade climática, em vez de priorizar a eliminação das emissões de combustíveis fósseis.

O estudo expõe, pela primeira vez, a Forest Gap (Lacuna Florestal), que representa a diferença das metas globais de deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal e os planos reais apresentados pelos países. A lacuna combinada de florestas é de quase 20 milhões de hectares

(Mha) por ano de perda e destruição contínuas de florestas projetadas até 2030, mesmo com as promessas atuais.

Segundo o material, os governos não conseguem fazer mudanças efetivas devido a restrições estruturais inerentes à arquitetura da governança econômica global, impedindo que países sigam caminhos de desenvolvimento livres de desmatamento. A dependência de atividades extrativistas e agropecuárias — os principais motores do desmatamento —, especialmente de países do Hemisfério Sul, que enfrentam pressões para pagar dívidas e atrair investimento, entra em um ciclo vicioso, de exportar commodities destruindo a matéria-prima de seu país.

Questão financeira

A professora de Geografia Humana da Universidade de Melbourne e principal autora do relatório, Kate Dooley, acredita que o motivo dos países ignorem a proteção da floresta como chave para combater a crise climática é que eles vivem em mundo carregado de dívidas, tarifas e políticas fiscais que força muito deles a explorar florestas para evitar que as suas economias entrem em colapso.

“No entanto, a amarga ironia é que, a longo prazo, florestas saudáveis são essenciais para economias saudáveis, devido aos benefícios climáticos, oportunidades de emprego e serviços ecossistêmicos que fornecem”, ressalta.

A Universidade acredita que, para solucionar este problema é necessário uma reformulação total da economia global, que é focada em extração e lucro privado de curto prazo para um sistema que priorize a natureza, a equidade e o bem-estar coletivo.

Além disso, o fortalecimento dos direitos de posse da terra de Povos Indígenas e Comunidades Locais, reconhecendo que a gestão liderada por indígenas é uma das estratégias de mitigação mais custo-eficazes e sustentáveis.

* Estagiários sob a supervisão de Edla Lula